

**O PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES
SOCIAIS E O DESAFIO DA PESQUISA**

***THE PROCESS OF FORMATION OF PROFESSIONAL SOCIAL
WORKERS AND THE CHALLENGE OF RESEARCH***

Édina Casali Meireles de Souza

TRABAJO SOCIAL GLOBAL 2013, 3 (4), 95-112

Resumo

O presente artigo foi estruturado após a participação no Seminário “El desafío de la Investigación desde la práctica profesional: una reflexión desde la implantación del grado en Trabajo Social”, em fevereiro de 2012, na Faculdade de Trabalho Social da Universidade de Granada. Na oportunidade, apresentamos nossa contribuição trazendo para o debate, a estrutura e organização da formação profissional dos Assistentes Sociais da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora – Brasil, acentuando a importância da prática investigativa nesse processo, enquanto forma de efetivar a correlação teórico-prática no exercício profissional, tema central do presente artigo.

Abstract

This article was structured after participation in the seminar "The challenge of research from professional practice: a reflection from the implementation of the degree in Social Work", in February 2012, the Faculty of Social Work at the University of Granada. On occasion, we present our contribution to bringing the debate, the structure and organization of vocational training of Social Workers, School of Social Service of the Federal University of Juiz de Fora - Brazil, emphasizing the importance of investigative practice in this process as a means of effecting correlation between theory and practice in professional practice, the central theme of this article.

PC. Prática profissional, investigação, Serviço Social, Desafio

KW.- *Professional practice, research, Social Work, Challenge*

O desafio da formação profissional

Parte do reconhecimento de que o âmbito da teoria no materialismo histórico-dialético é o da produção de conhecimentos, enquanto o âmbito da prática, é o da efetividade da ação sobre o mundo. Apesar de suas diferenças, formam uma unidade pois não existe teoria que não se baseie numa prática existente e a prática não fala por si mesma, ou seja, não é diretamente teórica.

Nessa relação direta entre teoria e prática é que se desenvolve o processo de investigação, possibilitando a produção do conhecimento através da pesquisa. Por isso, a atividade intelectual deve questionar a realidade para responder situações e demandas postas pela realidade social ou, gerar novas, a partir da reflexão sobre as mesmas.

Nessa direção, é impensável desencadear a formação dos Assistentes Sociais sem a devida valorização da pesquisa, como o caminho teórico-metodológico - social e historicamente situado - capaz de permitir subsidiar uma intervenção profissional sobre as várias expressões da questão social.

Desde a última década do século XX, a intervenção profissional dos Assistentes Sociais vem se tornando uma questão importante no debate acadêmico, em especial, no que diz respeito ao processo de nossa formação profissional, diante das múltiplas dimensões sobre as quais atuamos.

O projeto profissional do Serviço Social no Brasil foi sendo construído a partir de modificações referentes ao quadro de necessidades sociais com as quais a profissão opera; de transformações sociais, econômicas e culturais que ocorreram nos diferentes momentos históricos e, de alterações decorrentes do próprio processo de desenvolvimento da profissão (Netto, 2005).

Nessa direção, a formação profissional dos Assistentes Sociais enfrenta atualmente, três grandes desafios. O primeiro consiste na articulação entre a dimensão macro-societária referente ao reconhecimento do terreno sócio-histórico no qual a profissão atua, e à dimensão profissional que compreende as respostas técnico-profissionais dos Assistentes Sociais (Iamamoto, 1999).

O segundo, refere-se ao rompimento com a dicotomia entre a dimensão teórico-metodológica e a técnico-operativa, ou seja, a clássica discussão da dicotomia entre teoria e prática. O terceiro, é a necessidade de se buscar o rompimento com a ilusão de que a

apropriação dos conteúdos das disciplinas teóricas e dos instrumentos técnico-operativos é suficiente para o aluno e para os Assistentes Sociais realizarem seu processo de trabalho. Dada a diversidade de espaços sócio-ocupacionais nos quais os profissionais atuam e pela natureza das suas ações nos diferentes âmbitos do exercício profissional, é fundamental reconhecer a complexidade desse trabalho. Dessa forma, as ações se revestem de inúmeras características que dificultam a sua apreensão, organização e produção do trabalho e do conhecimento, razão pela qual, a produção de conhecimentos acerca dessa realidade, é condição básica para a profissão.

Este conhecimento, que incorpora tanto a dimensão teórica-metodológica - baseada nas principais vertentes das Ciências Sociais e Humanas e da Teoria Social Crítica - e técnico-operativa, agrega ainda, todo o conhecimento relacionado à realidade, ao campo sócio-ocupacional no qual os Assistentes Sociais estão inseridos e, aos sujeitos destinatários da ação profissional. A aquisição desses conhecimentos, entretanto, pressupõe a existência de uma atitude investigativa, a qual permitirá a compreensão das particularidades existentes nos diferentes campos de exercício profissional, assim como na definição de ações profissionais que melhor respondam às demandas e necessidades postas pelos sujeitos.

Por fim, não se pode negligenciar no processo de formação dos Assistentes Sociais, o investimento na sistematização e documentação das ações desenvolvidas. Pelo fato de as ações dos Assistentes Sociais estarem prioritariamente calcadas no uso da linguagem, a visibilidade da intervenção realizada só é obtida quando ocorre o registro eficiente dessa ação. Além disso, estes registros permitem congrega dados que podem resultar em avanços - tanto no momento em que se analisa a intervenção, procurando estabelecer novas prioridades, reconhecer as demandas, dentre outros - quanto no momento de reflexão crítica da realidade dos espaços sócio-ocupacionais e de seus processos de trabalho, no intuito de ampliar os conhecimentos sobre a profissão e a sociedade.

Pesquisa: ponto de partida do processo formativo e interventivo do Assistente Social

Debater a importância da Pesquisa Social no processo de formação e do exercício profissional para nós, Assistentes Sociais, deve partir do entendimento de que o objeto de nossa ação é determinado social e historicamente.

Por isso, a prática de investigação permite-nos desvendar e analisar a realidade, a partir de um referencial teórico e metodológico, considerando a complexidade desta, notadamente marcada por particularidades e diferenças.

Dado o caráter especializado do trabalho desenvolvido pelos Assistentes Sociais em qualquer área de intervenção, esta ação é sempre delimitada por uma intencionalidade e orientada por um objetivo, determinado pela formação acadêmica promovida pelas Universidades, quer públicas ou privadas. A definição dessa posição mostra-se especialmente contundente e necessária, uma vez que cabe ao profissional, imprimir à sua ação, os saberes acumulados em seu processo formativo, a partir do referencial teórico-metodológico e técnico-operativo, que sustentarão sua intervenção.

Nestes termos, é impossível pensar uma ação profissional a partir da falsa dicotomia entre teoria e prática, já que defendemos a inexistência de uma intervenção que não seja pautada pelo conhecimento científico. Reconhecendo a importância da Pesquisa para o estudo da realidade, reafirmo que a mesma é fundamental no processo de formação profissional dos Assistentes Sociais, para orientar a organização e o desenvolvimento da intervenção destes profissionais.

Contribuições ao debate

Otávio Ianni (2003), grande pensador crítico brasileiro, afirma que a pesquisa é uma “aventura do espírito” e que, seguindo o pensamento crítico, este não dissocia o social do político. Para além disso, insiste que nós não devemos nos conformar com idéias aparentemente certas ou convincentes, ao contrário, que é sempre necessário duvidar e questionar a aparente certeza dos fatos, ou seja, deve fazer parte, principalmente entre nós educadores – e mais ainda, de Serviço Social, tendo em vista o objetivo da nossa ação profissional – a interrogação constante sobre o que, aparentemente, parece certo e verdadeiro. Faz parte, portanto, do nosso compromisso social e político de professor.

Entretanto, no processo de formação profissional, não se trata de estimular essa aventura individualmente, ao contrário, deveria ser pensada numa dimensão coletiva, para ser apropriada também coletivamente, não somente pelo conjunto de professores e alunos, mas pelos próprios profissionais atuantes nas diferentes áreas, bem como, por parte da população com a qual trabalhamos. Assim, é importante se estimular no âmbito do processo formativo, reflexões capazes de permitirem um olhar mais ampliado e crítico sobre a realidade na qual atuamos.

Yasbeck (2005) insiste em apontar ser impossível pensar a formação profissional, sem que seja realizada a problematização do contexto sócio-histórico sobre o qual intervimos, ou seja, sobre a dinâmica e as transformações da sociedade capitalista contemporânea. Refletir o lugar político dessas questões é, para a autora, o ponto de partida para se repensar a formação profissional.

Isso porque, no contexto atual da dinâmica capitalista, as expressões da questão social vêm se mostrando de forma mais intensa, extensa, novas (ou não) e diferenciadas – precarização das relações de trabalho, desemprego, violência doméstica, drogatização, envelhecimento, discriminações, exclusões, entre tantos outros que poderia exemplificar - exigindo uma atuação adequada, qualificada e coerente com os objetivos da profissão.

Contudo, a construção de propostas profissionais pertinentes requer um acompanhamento atento da dinâmica societária, balizado por recursos teórico-metodológicos, que possibilitem decifrar os processos sociais nas suas múltiplas expressões e determinações, ou melhor dizendo, na sua totalidade. Nestes termos, afirmo a busca necessária, no processo de formação profissional dos Assistentes Sociais, a indissociável articulação entre profissão, conhecimento e realidade.

Com essa indicação, reconhecemos como sendo um dos problemas centrais para as Unidades de Ensino de Serviço Social, promover a mediação entre o ensino teórico e o ensino da prática, para o aluno se apropriar de um instrumental de análise e efetivar uma apreensão crítica das situações nas quais atua, compreendendo a particularidade de seu objeto de intervenção. Por isso, as Unidades de Ensino deverão dar especial atenção e estímulo à Pesquisa.

Sendo o Serviço Social uma profissão com forte dimensão prático-interventiva, é fundamental que tenha uma base teórica e metodológica para promover a explicação da realidade, e definir as possibilidades de sua intervenção. A dinamicidade dos processos sócio-históricos na contemporaneidade vêm requerendo novos conhecimentos para compreendê-los e explicá-los. Para tanto, se faz necessário buscar uma base teórica e metodológica a partir do legado das Ciências Sociais e Humanas e, da Teoria Social Crítica, assim como a realização de pesquisas sobre essa realidade.

No Brasil, o Serviço Social se inseriu enquanto profissão na divisão social e técnica do trabalho, e desenvolve uma intervenção concreta a partir de um conhecimento que a orienta

teórica, metodológica, técnica e eticamente. Esse conhecimento como já referenciamos, deve partir da análise da conjuntura macro social, política e econômica, que envolve a reflexão sobre o modelo capitalista, seu processo de financeirização, a adesão dos países ao receituário neoliberal e os rebatimentos dessa opção sobre o modelo de Estado, Políticas Sociais, políticas públicas, democracia, cidadania, poder local, pobreza, entre outros.

Sendo assim, reafirma-se a necessidade de se buscar e garantir um conhecimento capaz de subsidiar a natureza interventiva do Serviço Social, mas, para além dessa posição, um conhecimento “contra-hegemônico”, para darmos conta de explicar e compreender a realidade atual e, o que ela produz nas diversas dimensões em que se expressa.

Se concordarmos que o conhecimento não é neutro – ao contrário do que pressupunha a tradição positivista – nos instigará a produção de um conhecimento capaz de atender às demandas específicas da profissão e as possibilidades de enfrentamento das várias expressões da questão social na conjuntura atual. Isso não significa nada mais nada menos do que reconhecer que o poder social das práticas se baseia no conhecimento que a orienta.

Trata-se, portanto, de um enorme desafio para a formação profissional. A produção de conhecimentos não pode ser uma atividade mecânica, despolitizada e refém das demandas do mercado, e sim, uma constante, consistente e com clara posição ideológica, no sentido da produção científica deste. Isso significa a indicação de um posicionamento coletivo, vinculado ao processo de formação profissional, de que estudos e pesquisas permitem contribuir com o conhecimento da realidade, orientando a atuação sobre esta de forma criativa, competente e inovadora, frente aos novos desafios colocados para a profissão na atualidade.

Reforça-se, portanto, a idéia de que o conhecimento possibilita decifrar e compreender a realidade, utilizando-o como um guia, um iluminador do trabalho a ser realizado, sendo dessa forma, indispensável ao processo de formação profissional.

Nessa direção, a pesquisa de situações concretas – objeto do trabalho do Assistente Social – é um dos caminhos possíveis para se conseguir a compreensão da realidade e de seus fenômenos sociais particulares, com os quais lidamos cotidianamente. Decifrar os processos sociais nas suas determinações gerais e particulares permite-nos superar a falsa dicotomia entre teoria e prática, além de fortalecer o rompimento com as concepções tecnicistas da

ação profissional. Essas orientações deverão subsidiar a formação prática dos alunos de Serviço Social, bem como, de professores e supervisores de campo.

Um provável aprisionamento à concepção de que a prática é exclusivamente uma AÇÃO e orientada por ela própria, pode estar encaminhando um maior investimento da dimensão técnico-operativa, em detrimento de uma necessária reflexão da prática profissional e na sistematização do conhecimento produzido a partir dela. Disso resulta a compreensão de que à nossa capacidade operativa soma-se uma necessária fundamentação teórica para construção do conhecimento.

Não podemos desconsiderar que nós, profissionais do social, temos uma riqueza de prática, com vivência de situações concretas e cotidianas, e de relação direta com vários segmentos da sociedade, que poucas profissões têm. Discutir a prática profissional e o processo formativo dos futuros Assistentes Sociais de qualquer país exige que se revele o contexto em que a mesma se realiza, com o que e quem se articula, e que finalidades possui.

As práticas são construções sóciopolíticas e são eminentemente históricas. Temos uma prática que transita entre demandas, carências e necessidades. A partir do objetivo de nossa profissão, temos que conhecê-las em profundidade, movimento este só garantido com o aprendizado e o exercício da pesquisa.

A indissolúvel relação entre teoria e realidade, viabilizada pela pesquisa, possibilita-nos identificar todo o terreno a partir do qual surgem as diversas demandas profissionais por parte da sociedade civil, do Estado, do Terceiro Setor, do empresariado, entre outros.

Dinamizar a pesquisa ao longo do processo de formação dos Assistentes Sociais nas Universidades é hoje um dos principais desafios das Unidades de Ensino. Para tanto, há que se implementar iniciativas de apoio à pesquisa docente, estimulando a constituição de Grupos de Estudos e Pesquisa, promovendo intercâmbios interinstitucionais com estes Grupos, realização de Seminários, workshops e outras atividades que poderão ser pensadas a partir das condições de cada Unidade.

Para além dos docentes, há que se envolver neste processo de estímulo e apoio às atividades de pesquisa, os profissionais orientadores da prática profissional, bem como, os alunos de graduação e pós-graduação. A instituição de Bolsas de Iniciação Científica e a construção de Bancos de Dados sobre o município e as Instituições nas quais atuamos,

podem ser um ponto de partida significativo e expressivo. Temos condições, a partir do nosso exercício profissional – quer seja acadêmico ou profissional – de produzir conhecimentos sobre a realidade em que atuamos e sobre nossa própria intervenção – sua pertinência, qualidade, eficácia, eficiência e coerência.

Mais do que a produção deste conhecimento científico, a sistematização reflexiva e analítica do exercício profissional, mesmo que a partir da prática acadêmica, pode oportunizar a organização de Bancos de Dados relativos às áreas trabalhadas nessa prática, e também, contribuir com reflexões para buscar melhorias nos âmbitos em que as mesmas são desenvolvidas.

Retomando uma reflexão de Yasbeck (2005), é no decorrer da sua trajetória que o Serviço Social constrói as referências que formatam a sua identidade profissional, desenhada a partir da sua inserção na realidade, de seu modo de pensar e de agir e, principalmente, de seu projeto – volto a insistir – ético, político, teórico-metodológico e técnico-operativo, que vai conferir à profissão, sua finalidade e direção social.

Cabe então, a cada Universidade, definir qual será esse projeto e que papel a pesquisa representará nele: uma atividade *ad hoc*, paralela, sazonal, de pouca importância e significado? Ou, uma atividade inerente e indissociável do processo formativo do Assistente Social, visando a efetiva articulação entre profissão, conhecimento e realidade, incorporada como uma dimensão constitutiva da ação profissional.

É impensável, INTERVIR/AGIR, sem CONHECER/REFLETIR. O não cumprimento dessa correlação direta poderá afetar sobremaneira a qualidade da nossa intervenção profissional, comprometendo inclusive, nossa inserção enquanto profissão na sociedade, uma vez que poderemos incorrer no grave erro de desenvolvermos uma prática pela prática e o risco de revertermos a profissão à mera acolhedora de demandas (espontâneas ou históricas) sem um movimento de referência e contra-referência.

Subsidiar nossa intervenção profissional baseado na “prática pela prática” pode nos levar a uma situação mais fragilizada do que a de uma refilantropização da ação profissional, mas a de reduzir nosso trabalho ao “Plantão Social”, nos bons moldes pensados pela nossa precursora Mary Richmond – ainda que ressaltados os avanços que a mesma trouxe ao processo formativo de nossa profissão à sua época.

O papel da Universidade no processo da formação prática dos Assistentes Sociais: a experiência da Faculdade de Serviço Social da UFJF

A Faculdade de Serviço Social está vinculada à Universidade Federal de Juiz de Fora, uma Universidade pública, que valoriza na formação profissional de seus alunos, a integração efetiva entre ensino-pesquisa-extensão. Sendo uma instituição de nível superior, com caráter público, reconhece que um de seus papéis fundamentais é a produção, preservação e transmissão do conhecimento científico acumulado, e não somente, a qualificação de mão-de-obra especializada para o atendimento das demandas do mercado. Tem, portanto, uma função pública de produção de novos conhecimentos e tecnologias, de forma a contribuir criticamente com a vida social, política, econômica e cultura na realidade na qual se insere.

Nessa direção, o desafio da Faculdade de Serviço Social da UFJF tem sido formar e qualificar Assistentes Sociais críticos e competentes, a partir de um projeto ético-político definido pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

Este projeto foi construído e legitimado na passagem dos anos oitenta aos noventa do século XX, e configurado a partir de uma estrutura básica como um *processo*, em contínuo desdobramento. Tem como centralidade, o reconhecimento da *liberdade* como valor central – concebida historicamente como possibilidade de escolha entre alternativas concretas. Vincula-se a *um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero*.

Coerente com esses objetivos, os princípios que fundamentam a formação profissional são: a dimensão interventiva e investigativa como condição central da formação profissional; a afirmação da unidade entre teoria e prática; a adoção de uma teoria social crítica; a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão; o exercício do pluralismo; a transversalidade do ensino da ética e da pesquisa; o estágio obrigatório com supervisão profissional acadêmica e de campo.

Destaca-se, portanto, a preocupação da Instituição com o estabelecimento da unidade entre conhecimento teórico e conhecimento prático, ressaltando não somente a dimensão interventiva, mas também, a dimensão investigativa, diante da necessidade de apropriação da teoria social moderna para buscar alternativas e definir prioridades.

No quadro atual das transformações societárias típicas do capitalismo, das novas demandas do mercado de trabalho e da cultura profissional, a preocupação com a formação profissional dos futuros Assistentes Sociais reside no debate relativo a prepará-los para responderem qualificadamente (do ponto de vista operativo) e legitimadamente (do ponto de vista sócio-político), às situações vivenciadas nos diferentes âmbitos de nossa intervenção institucional.

Sendo assim, a competência ético-política dos Assistentes Sociais não se restringe à mera vontade política ou à adesão a valores, mas, à capacidade desses profissionais de torná-los concretos através das dimensões éticas, políticas, intelectuais e práticas (Iamamoto, 1998). Essa competência está contida no Código de Ética e é determinada pelos valores de liberdade e de justiça social articulados à democracia, e dentre destacam-se: a orientação social a indivíduos, grupos e à população; assessoria e apoio aos movimentos sociais em relação às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; elaboração, implementação, execução e avaliação de Políticas Sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares. Prevê ainda, as ações de pesquisa para subsidiar o exercício profissional, o planejamento, a organização e os estudos socioeconômicos.

O desafio do ensino da prática na formação em Serviço Social

O perfil profissional que buscamos engloba uma qualificação fundamentada teórico-metodológica e técnica-operativa, baseada nas vertentes principais das Ciências Sociais e Humanas e da Teoria Social Crítica, conjugada a uma formação ético-política, correspondente ao definido pelo projeto acadêmico estabelecido pela ABEPSS.

Nessa direção, afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional. Possui uma dimensão política clara a favor da *equidade* e da *justiça social*, na perspectiva da *universalização* do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a *ampliação* e a *consolidação da cidadania* são explicitamente postas como *garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras*. É declaradamente *democrático* – considerada a *democratização* como *socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida*.

Do ponto de vista profissional, o projeto implica o compromisso com a *competência*, que só pode ter como base o *aperfeiçoamento intelectual* do Assistente Social. Sendo assim, enfatiza a necessidade de uma *formação acadêmica* qualificada, fundada em concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social, buscando uma *(auto)formação permanente* e estimulando uma constante *preocupação investigativa*.

O referido projeto ainda prioriza uma *nova relação* com os usuários dos serviços oferecidos pelos Assistentes Sociais, tendo por base o *compromisso com a qualidade destes*, incluindo uma preocupação com a divulgação pública dos recursos institucionais, por entender essa ação como um instrumento indispensável para a democratização e universalização dos direitos, e também, para abrir as decisões institucionais à *participação dos usuários*.

No projeto, também encontra-se delimitado, o desempenho ético-político dos Assistentes Sociais indicando que este, só se potencializará se os profissionais articularem-se com *outras categorias profissionais* que compartilham de propostas similares e, com os movimentos que se solidarizam com a luta geral dos trabalhadores.

Para cumprir com estes princípios, diretrizes e objetivos, a Faculdade de Serviço Social da UFJF estabeleceu que o ensino teórico-prático dos futuros Assistentes Sociais ocorrerá através da disciplina obrigatória de Estágio Supervisionado, a qual objetiva inserir o aluno no espaço sócio-ocupacional para promover a sua capacitação para o exercício profissional.

O Estágio Supervisionado na Faculdade de Serviço Social da UFJF

O curso de Serviço Social da UFJF incluiu o Estágio Supervisionado como disciplina obrigatória desde a sua criação em 1958. Desenvolvido em seis períodos semestrais, o Estágio Supervisionado é realizado do VI ao VIIIº período, ou seja, em três semestres consecutivos. Os alunos têm de cumprir uma carga horária de 170 horas/semestre, totalizando no final do curso 510 horas de Estágio.

A Chefia do Departamento de Fundamentos do Serviço Social e a Comissão Orientadora de Estágios (COE) são os responsáveis por buscar e avaliar as Instituições na qual os estágios serão desenvolvidos e, analisar as possibilidades de se efetivarem enquanto campo de prática após uma visita institucional, na qual são verificadas: as condições físicas da mesma, a equipe de profissionais, o trabalho a ser desenvolvido, o número de estagiários e de que período do curso podem incorporar, a definição do supervisor de campo, entre outras questões pertinentes a cada Instituição.

Respeitadas estas condições, os Campos são apresentados aos alunos no final do V período, através do Supervisor de Campo e dos estagiários aos mesmos vinculados, para que os novos alunos possam se candidatar às vagas definidas, a partir de um processo seletivo que envolve prova escrita, análise de currículo e entrevista a ser realizada pelo Supervisor de Campo.

Os Campos de Estágio são aglutinados por temáticas, compondo as Oficinas de Supervisão – Idoso, Infância e Juventude, Prefeituras, Saúde, Assistência Social, Movimentos Sociais, entre outros. A Política de Prática Acadêmica estabelece por período, os objetivos do Estágio Curricular sendo do Estágio I – focalização no treinamento para a análise Institucional; Estágio II – treinamento para a prática do planejamento da intervenção profissional; Estágio III – no treinamento para a análise crítica, para o desenvolvimento com maior autonomia e capacidade propositiva, sistematização e problematização sobre a intervenção profissional.

Também estão definidos pela Política de Prática Acadêmica os objetivos das Oficinas de Supervisão, constituídas como disciplinas obrigatórias, com duração de três horas semanais:

a) Oficina de Supervisão I / alunos do Vº período

- **objetivo:** introduzir o aluno no campo de estágio e orientar sua iniciação nas temáticas referentes ao seu objeto de investigação e intervenção, com vistas à elaboração de um Plano de Trabalho a ser desenvolvido na instituição.

- **ementa:** promover o conhecimento das expressões particulares da questão social e das políticas sociais específicas da realidade institucional e da população; definição e problematização do objeto de trabalho a ser privilegiado pelo aluno; elaboração do plano de trabalho para o estágio envolvendo o planejamento, a intervenção e a definição de uma temática de investigação a ser realizada ao longo do estágio

b) Oficina de Supervisão II / alunos do VIº período

- **objetivo:** orientar a execução do plano de trabalho e a avaliação das ações realizadas pelo aluno, fundamentadas no desenvolvimento dos processos teórico-metodológicos e técnico-operativos do trabalho no campo

- **ementa:** execução do plano de estágio; revisão e ampliação bibliográfica sobre as temáticas vinculadas à área de atuação do estágio; avaliação ds ações desenvolvidas; proposições de estratégias teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas necessárias ao trabalho a ser executado

c) Oficina de Supervisão III / alunos do VIIIº período

- **objetivos:** propiciar o aprofundamento ao nível da análise do objeto de investigação e de intervenção e assegurar maior autonomia profissional ao estagiário estimulando-o a assumir funções de coordenação de frentes de trabalho em comum acordo com o supervisor de campo

- **ementa:** acompanhamento acadêmico do estágio e avaliação permanente do processo de intervenção com identificação de possíveis modificações e aprofundamentos no processo interventivo

Os Campos de Estágio são acompanhados por um professor da Faculdade de Serviço Social, Assistente Social, agregados às Oficinas de Supervisão, ou seja, cada conjunto de Campos de Estágio de áreas temáticas comuns são supervisionados por um professor. Por sua vez, cada Campo de Estágio conta com a supervisão direta de um Assistente Social, profissional da instituição ao qual o aluno se vincula.

Ao professor - Supervisor Acadêmico - através da disciplina de Oficina de Supervisão, cabe a reflexão teórico-metodológica das questões relativas ao exercício profissional e à formação do aluno; estimular a curiosidade científica e a atitude investigativa.

Ao Supervisor de Campo cabe o acompanhamento, a reflexão e o apoio às atividades realizadas pelo aluno a partir do Plano de Estágio. Nessa perspectiva é de sua competência acompanhar o desempenho do aluno; identificar deficiências e/ou carências teórico-metodológicas e técnico-operativas e contribuir para sua superação; estimular a curiosidade científica e a atitude investigativa no exercício profissional; atribuir clareza ao papel profissional; orientar os alunos na elaboração dos relatórios; refletir valores, posturas e comportamentos no desempenho do aluno no seu trabalho como estagiário.

Para estabelecimento de uma efetiva articulação entre supervisores – acadêmicos e de campo – são obrigatórias a realização de três Oficinas de Supervisão Integradas, instituídos como espaços de articulação entre os mesmos. Destes espaços participam os Supervisores

Acadêmicos, os Supervisores dos Campos de Estágio e o conjunto de estagiários integrantes de cada Oficina de Supervisão.

Nestes encontros são efetuadas discussões referentes à intervenção profissional daquela temática, atividades para promover a articulação entre os profissionais e a troca de informações e garantir uma reflexão capaz de imprimir uma qualificação naqueles espaços de aprendizagem. Além dessas atividades estão previstas visitas dos Supervisores Acadêmicos e dos estagiários de cada Oficina, aos diversos Campos de Estágio integrantes das mesmas.

Os procedimentos de acompanhamento e avaliação do Estágio Curricular são feitos a partir de alguns instrumentos: Diário de Campo a ser elaborado por cada estagiário; Boletim Estatístico Mensal; Relatório Semestral de Atividades; Avaliação do Supervisor Acadêmico e de Campo de cada estagiário.

A vinculação entre formação prática do aluno e o estímulo à prática investigativa é intrínseca no processo pedagógico da Faculdade de Serviço Social, tanto que vários Campos de Estágio são, ao mesmo tempo, projetos de extensão e agregam como uma de suas atividades, projetos de pesquisa. Através das agências de fomento como FAPEMIG, CNPQ, CAPES e a própria UFJF, os alunos podem construir projetos de pesquisa e solicitar apoios financeiros para a prática de Iniciação Científica.

Ocupando um lugar de destaque na formação profissional dos futuros Assistentes Sociais, a pesquisa é reconhecida como uma oportunidade ímpar e privilegiada para permitir a solidificação da relação Universidade – Sociedade. A formação acadêmica através do ensino da prática de estágio possibilita o aluno identificar a dinamicidade dos processos históricos, os quais exigem uma permanente atitude investigativa, para subsidiar a elaboração de propostas de intervenção capazes de atender aos objetivos estabelecidos.

Há um entendimento de que o domínio teórico-metodológico só se atualiza e se solidifica se aliado à pesquisa da realidade. A partir desse processo acumulativo de reconhecimento e análise da realidade, se pode contribuir com revisões e melhorias concretas no âmbito das Instituições onde são desenvolvidos os Estágios, assim como, promover a constituição de Bancos de Dados fundamentais ao Serviço Social, referentes, por exemplo, à questão social do município, à população, à instituição, ao território específico em que atuam, do poder local, dos movimentos sociais, indicadores sociais e econômicos, entre outros.

A sistematização das investigações realizadas, dos bancos de dados, dos relatórios das atividades e dos estudos realizados, são estimulados (não obrigatórios) para se constituírem no Trabalho de Conclusão de Curso dos alunos, atividade esta que se inicia no VIIº período e finaliza-se no VIIIº. Trata-se de uma exigência curricular para cumprimento e finalização do curso de Serviço Social, a ser elaborada como uma monografia científica na qual o aluno sistematiza o seu conhecimento, como resultado de um processo de investigação, preferencialmente provocada pela prática de Estágio.

O TCC pode ser elaborado individualmente ou no máximo por três alunos, orientados por um professor e submetido à avaliação de uma Banca examinadora composta por três docentes, sendo um deles o orientador do trabalho.

Conclusões

O debate acerca da importância da pesquisa tanto no processo de formação profissional dos Assistentes Sociais quanto na atuação profissional dos mesmos no Brasil, vem se destacando nas últimas décadas, tendo em vista a efetiva preocupação com o estabelecimento da indissociável articulação entre profissão, conhecimento e realidade.

A valorização das competências relativas à postura investigativa no Serviço Social pressupõe, portanto, o investimento das Unidades de Ensino para estimular essa atividade, articulada contudo, à concepção de educação assumida pelo Estado, entendendo-a não como um “gasto público”, mas na concepção defendida por Chauí, como um “investimento social e político, o que só é possível se a educação for considerada um direito e não um privilégio, nem um serviço...” (2003:11).

A prática da pesquisa no Serviço Social se constrói e se consolida, à medida em que a profissão enfrenta as inúmeras e diversificadas demandas sociais decorrentes do agravamento da questão social em suas múltiplas manifestações, tendo como referência a perspectiva teórico-metodológica crítica. Consequentemente, essa postura acadêmica exige uma capacitação para prosseguir nesse caminho científico, de forma a assegurar que a postura investigativa no exercício profissional esteja sempre presente, fortalecendo a pesquisa como uma das dimensões constitutivas da prática profissional.

Dessa maneira, reconhece-se o papel da pesquisa como um dos aspectos fundamentais para o processo de formação profissional do Assistente Social, enquanto uma atividade que

deve reforçar o debate acerca de que essa formação deve proporcionar o desenvolvimento de uma capacidade crítica, investigativa e interpretativa da realidade social, por parte de docentes, discentes e profissionais envolvidos nesse processo, e não, de pautar as ações sob um conhecimento aparente das relações sociais. Afinal, “toda ciência seria supérflua se a aparência e a essência das coisas se confundissem...” (Marx, 1959).

Referencias bibliográficas

ABESS (1993). O processo de formação profissional do assistente social. *Cadernos ABESS*. São Paulo, ABESS/Cortez, nº 1.

(1991). Ensino em Serviço Social: pluralismo e formação profissional in *Cadernos ABESS*. São Paulo, ABESS/Cortez, nº 4.

(1997). Formação profissional: trajetória e desafios in *Cadernos ABESS*. São Paulo, ABESS/Cortez, nº 7.

(1998). Diretrizes curriculares e pesquisa em Serviço Social. *Cadernos ABESS*, São Paulo, ABESS/Cortez, nº 8.

Chauí, Marilena (2003). A Universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, nº 24.

COE/FSS (2003). Relatórios apresentados às supervisoras acadêmicas. Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social, mimeo.

Eiras, Alexandra, Santos, Claudia e Bezerra Cristina (2008). O Estágio e o Trabalho de Conclusão de Curso no projeto de formação profissional da Faculdade de Serviço Social da UFJF *Revista Libertas*. Juiz de Fora, UFJF, vol. 8, nº 2, jul-dez.

Iamamoto, Marilda (1998). Política de prática acadêmica: uma proposta da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora – MG. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. SP, Cortez.

Ianni, Otávio (2003). Comentários ao lançamento do livro de István Mészáros, *O poder da Ideologia*. São Paulo, PUC-SP.

Martinelli, Maria Lúcia (1994). O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social. *Cadernos do Núcleo de Estudos e Pesquisa*. SP, PUC, maio.

Marx, Karl (1959). *O Capital*. México, Fondo de Cultura, vol. III.

Mioto, Regina e LIMA, Telma (2009). A dimensão técnico-operativa do Serviço Social em foco: sistematização de um processo investigativo. *Revista Textos & Contextos*. Porto Alegre, v. 8, nº1, jan-jun.

Souza, Édina Meireles de e outros (2006). A Pesquisa na Esfera Pública: Estado e Sociedade. Mesa Coordenada apresentada no X ENPESS. Pernambuco, UFPE.

Yasbeck, Carmelita (2005). Os caminhos para a pesquisa no Serviço Social. *Revista Temporalis*. Recife, Ed. Universitária da UFPE, ano V, nº 9, jan-jun.

Netto, José Paulo (2003). A construção do projeto ético-político do Serviço Social. *Revista Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional*. Disponível em: www.cpihts.com/josepaulonetto.pdf

Édina Evelyn Casali Meireles de Souza, doutora em Serviço Social, é professora vinculada ao Departamento de Fundamentos do Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora (Brasil).

Email: edina.souza@uff.edu.br